

ALEGORIAS ENTRE MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA E RESISTÊNCIAS DA MEMÓRIA¹

Luiz Felipe Falcão

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Resumo

Esse trabalho busca estabelecer relações e conexões entre alegorias, memórias e resistência no âmbito dos estudos sobre violência política contra as esquerdas durante a ditadura civil-militar que presidiu o Brasil entre 1964 e 1985. Utilizando diferentes fontes de informação, como periódicos da imprensa liberal e depoimentos orais de antigos militantes, este artigo busca interpretar as produções de sentido a que elas se propõem, na perspectiva da construção de uma história e memória da violência política no Brasil e da presença das esquerdas nas lutas pela democratização do país.

Abstract

This paper intends to establish relationships and connections between allegories, memories and resistance under the studies of political violence against left-wing activism and organizations during the civil-military dictatorship that presided Brazil between 1964 and 1985. Using different sources of information as liberal journals and oral testimonies of former militants, the article seeks to analyse the history and memory of political violence and left-wing presence in the struggles for democratization of the country.

¹ A pesquisa que forneceu suporte para esse texto contou com apoio financeiro do CNPQ e da FAPESC, sendo que uma versão preliminar foi publicada com o título “A ilusão da verdade: História Oral e História do Tempo Presente”, em Robson Laverdi e Mariana Mastrángelo, *Desde las profundidades de la historia oral*. Buenos Aires: Imago Mundi/RELAHO, 2013.

... de tarde en tarde en el sur me mira un rostro moreno,
trabajado por los años y a la vez triste y sereno.
¿a qué cielo de tambores y siestas largas se han ido?
se los ha llevado el tiempo, el tiempo que es el olvido.

Vitor Ramil, *Milonga de los morenos*,
a partir de um poema de Jorge Luis Borges

O compositor, cantor e escritor brasileiro Vitor Ramil intitulou um de seus trabalhos musicais, integrado por milongas que emolduraram poemas de Jorge Luis Borges² e João da Cunha Vargas³, de *Délibáb*, inspirado em antigo texto do escritor argentino Ernesto Sábato. Segundo este, *délibáb* seria um termo húngaro referente ao fenômeno natural que proporciona, em dias de muito calor nas extensas planícies daquele país da Europa Central, vislumbrar miragens de cenários que se encontram muito distantes e que resulta da junção de *déli* (do sul) e *báb* (de bába, ilusão):

O *délibáb* é um fenômeno extraordinário da planície húngara... Único em seu gênero, este tipo de espelhismo transporta paisagens muito distantes a horizontes quase desérticos, reproduzindo ante os olhos maravilhados do observador, em dias de calor, o desenvolvimento de cenas distantes.

Um trem corre a toda velocidade, mas não se percebem ruídos da máquina, nem se escutam os apitos. Em realidade, tal coisa sucede porque o trem não está ali; talvez se encontre a mais de 100 km de distância. Mas o *délibáb* o atrai ao horizonte... (Sábato, 1960, sem indicação de página).

Para Sábato, que igualmente era artista plástico e físico, além de ter presidido a *Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas* (CONADEPO), ao fim da última ditadura militar em seu país, o *delibáb* (*mirage* em francês e inglês; *miragem* em português; *espejismo* em espanhol) corresponde, portanto, a um fenômeno de ilusão de ótica próprio de planícies da Europa Central, mais exatamente da Hungria, que projeta imagens para lugares muito distantes de onde se encontram seus referentes e fascina, por meio desse artifício, o olhar do espectador que as contempla. Afinal, os cenários ou os acontecimentos estão longínquos, não emitem qualquer som ou ruído, não podem ser tocados, mas no horizonte de observação tudo se passa com uma proximidade surpreendente: o *delibáb* encanta porque delinea a presença de uma ausência, de uma ausência que se faz presente em outro local e, somente por isto, por esta correspondência alhures, proporciona a imagem da concretude que plagia.

² Jorge Luis Borges (1899-1986) foi um poeta, contista, crítico literário e ensaísta argentino, com uma vasta e respeitada obra traduzida para numerosos idiomas.

³ João da Cunha Vargas (1900-1980) foi um peão de estância e poeta popular do Sul do Brasil que, sem ter ido além das primeiras letras, guardava suas poesias na memória ou as ditava a familiares, expressando nelas os sentimentos próprios da vida campeira da região. Já há algum tempo, Vitor Ramil tem se dedicado a musicar sua obra.

Esta espécie de experiência lúdica entre presença e ausência comportada pelo *delibáb*, de certa maneira, pode conduzir a uma aproximação com as alegorias enquanto modo de expressão e interpretação que, inspiradas e apoiadas numa determinada materialidade, visam apresentá-la de modo figurado, por vezes para maravilhar quem conseguia enxergar seu conteúdo oculto, porém, sob outras circunstâncias, para assegurar intransparência a seus aspectos menos admissíveis ou satisfatórios. E, neste particular, elas, as alegorias, podem ilustrar a operação historiográfica, ela mesma enredada numa relação de presença e ausência, na medida em que se dedica à elaboração de narrativas - pautadas, decerto, em fatos que repercutem acontecimentos – que recorrem a grades e repertórios com acentuada coloração e tonalidade ficcional, num esforço de retorno ao acontecimento mais do que um retorno do acontecimento.

Claro está que, como campo disciplinar ambicionando formular saberes científicos regidos por normas, metodologias e corpos de especialistas que lhe são intrínsecos e que buscam lhe assegurar validade, a História enseja narrativas amparadas nas fontes em cuja ancoragem se fia. No entanto, isto não leva a obliterar que as escolhas destas fontes, do tratamento metodológico que lhes é conferido e das alternativas estilísticas que conduzem a escritura, não operam exatamente na perspectiva de recuperar o passado como ele realmente aconteceu, mas de apresentar versões plausíveis e verosímeis daquilo que ocorreu. E, suplementando, isso tampouco elimina ou obriga a invisibilizar as características e dimensões complexas, polêmicas e problemáticas do conhecimento histórico enquanto tal.

As conexões sutis que se permite criar entre alegoria e História podem ser exemplificadas através de interpretações de processos históricos recentes - e por isto mesmo rumorosos e controversos - que envolvem temas como a relação entre resistência e memória em face dos regimes ditatoriais instituídos no Cone Sul das Américas durante a segunda metade do século XX. Em especial, no caso deste artigo, de buscar compreender algumas das relações entre resistência e memória da ditadura implantada no Brasil com o golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964 (e que perdurou por 21 anos, até 1985), a partir de dois dos episódios que marcaram sua trajetória e, notadamente, indicaram seu paulatino declínio e perda de legitimidade: o assassinato, em 1975, sob tortura nos calabouços do regime, de Vladimir Herzog, tal como abordado nas páginas da *Veja*, um periódico liberal empenhado; e o desforço físico em que se implicou o presidente general João Batista Figueiredo e sua comitiva, em 1979, contra populares que o vaiavam e aos seus apoiadores, segundo as recordações formuladas por uma militante de esquerda que participou diretamente dessa ocorrência.

Para além das aparências, articular nestes domínios as relações entre memória e resistência se revela uma tarefa no mínimo delicada, considerando um regime que combinou modernização conservadora, com rápido crescimento econômico e expansão do mercado de consumo de massas beneficiando parcelas nada desprezíveis da população, com repressão ampla e irrestrita capaz de assegurar salários baixos, controle

sindical e proibição de greves, acarretando, ao fim e ao cabo, maior concentração de renda e aprofundamento das desigualdades sociais. Ou, ainda, tendo em mente as evidências de que muitos dos movimentos de resistência à ditadura estavam organizados com base em desconfianças acentuadas do que poderia significar democracia em quaisquer de suas acepções. E tudo isto, para completar e complicar, entrelaçado com adesões, cumplicidades e indiferenças, declaradas ou não, revogadas adiante ou não, diante do regime (mas não só), e com disputas posteriores acerca da memória daquele período.

Enfim, trata-se, aqui, após um breve interregno para enunciar parâmetros de exploração, de procurar entender como algumas resistências de memórias travam enfrentamentos com certas memórias da resistência, explicitando alegorias que talvez ajudem a tornar as resistências e as memórias menos opacas e renitentes às análises críticas que se espera sejam produzidas pelas ciências sociais (nelas englobada a atividade historiográfica), e incluindo compromissos com o aprofundamento da democracia em todos os seus níveis e com a superação das diferentes formas de desigualdade que seguem se impondo.

I

Especialistas no assunto garantem que, apesar dos avanços rápidos nas últimas décadas, ainda pouco se conhece acerca dos mecanismos neurofisiológicos que ativam a memória, e asseguram que avanços muito significativos neste domínio ainda tendem a tardar. Todavia, de outro ponto de vista, sóciohistórico ou sociocultural, algumas generalizações são já possíveis, como o reconhecimento de que a lembrança, mesmo que abastecida por elementos de uma experiência pregressa que ficou registrada consciente ou inconscientemente, parte de um presente, de uma atualidade, em direção àquela experiência pregressa, ou como a constatação de que tal experiência pregressa foi sendo coberta por camadas de sedimentos disponibilizados a partir de outras experiências subsequentes. Com isso, articular historicamente a memória, suas mútuas seduções e conflitos deliberados, e com nisto as conexões entre memória e resistência, conduz a desafios nada fáceis de equacionar.

De imediato, cabe assinalar que as conexões entre ambas colocam em circulação três elementos de análise que se mostram decisivos e conferem uma peculiaridade própria ao fazer historiográfico: contemporaneidade, oralidade e invenção. Iniciando com o contemporâneo, Giorgio Agamben o definiu como uma não coincidência com a época em que se vive:

A contemporaneidade (...) é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias, mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em

todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela (Agamben 2009, 59).

Mais ainda, prossegue ele, contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, no “sorriso demente do seu século”, para nele perceber não suas luzes, mas suas obscuridades, para não se deixar cegar pelas luzes de seu tempo e, sim, apreender suas sombras ou o enevoado que o excesso de luz, ofuscando a vista, acaba por provocar. Com isso, assevera, torna-se possível colocar o seu próprio tempo em relação com outros tempos, estabelecendo com isso uma nítida aproximação com a proposição de Reinhart Koselleck (2001) no sentido de perceber a existência de várias estratificações temporais superpostas sobre as quais repousa uma experiência temporal concreta, o que permitiria “ler de modo inédito a história” a partir das interrogações provocadas pelos desassossegos com seu próprio presente (Agamben 2009, 62-72).

Este “ler de modo inédito a história”, que não deseja se deixar ofuscar (ou deslumbrar) pela extrema luminosidade de sua própria época, pode ser interpretado como um repto para, na situação em apreço, confluir e conflitar memória e resistência, extraindo daí ensinamentos metodológicos passíveis de alguma utilidade. Por exemplo, em se tratando do estudo de história recente, isto implicaria (poder-se-ia dizer mesmo, que tornaria obrigatória) intentar estabelecer pontos de conexão entre a diacronia, dimensão habitual do fazer historiográfico, e a sincronia, com seus utensílios conceituais e treinamentos (do olhar, da percepção, do registro, da escrituração) mais próprios de outros campos de conhecimento, como a Antropologia, a Ciência Política ou a Comunicação, conduzindo a uma abordagem capaz de atravessar de maneira transversal distintos campos disciplinares, a uma sutileza - talvez nos moldes pretendidos por Lucien Febvre em seu *Manifesto dos Anais Novos*, em 1946 - que não corresponde estritamente a nenhum corpo de regras ou normas disciplinares.

Quanto a oralidade em suas diversas manifestações e registros (depoimentos gravados ou anotados, atas, cânticos, palavras de ordem, etc.), vale a pena recorrer ao episódio da disputa entre o escritor e filósofo espanhol Miguel de Unamuno e o General José Millán-Astray y Terreros, um militar ultraconservador mutilado durante uma das guerras coloniais que a Espanha travou no Marrocos, tal como descrito pelo historiador inglês Hugh Thomas. Segundo ele, Unamuno teria se incomodado com as palavras ofensivas com que foram referidas, por um dos oradores, algumas regiões da Espanha, como a Catalunha e o País Basco, numa cerimônia realizada na Universidade de Salamanca em 12 de outubro de 1936, palavras estas que foram complementadas por brados nacionalistas proferidos por Millán-Astray e grande parte dos assistentes e arrematadas por uma espécie de grito de guerra nos seguintes termos: “Viva a morte”. Diante disso, ele teria retrucado o seguinte:

Estás esperando minhas palavras. Conheces-me bem, e sabes que sou incapaz de permanecer em silêncio. Às vezes, ficar calado equivale a mentir, porque o silêncio pode ser interpretado como aquiescência. (...) Deixarei de lado a ofensa pessoal [da] explosão contra bascos e catalães. Eu mesmo, como sabem, nasci em Bilbao... Mas agora acabo de ouvir o necrófilo e insensato grito "Viva a morte!", e eu, que passei minha vida compondo paradoxos que excitavam a ira de alguns que não os compreendiam, vou lhes dizer, como especialista na matéria, que este ridículo paradoxo me parece repelente. O General Millán-Astray é um inválido. Não é preciso que digamos isto em um tom de voz mais baixo. É um inválido de guerra, como também o foi Cervantes. Mas desgraçadamente existem atualmente na Espanha demasiados mutilados, E se Deus não nos ajuda haverá logo muitíssimos mais. Atormenta-me pensar que o General Millán-Astray poderia ditar as normas da psicologia da massa. Para um mutilado que careça da grandeza espiritual de Cervantes, é de se esperar que encontre um terrível alívio vendo como se multiplicam os mutilados ao seu redor.

Face ao tumulto que então tomou conta do recinto, e dos gritos de Millán-Astray, que repetia aos berros “Morra a intelectualidade traidora!” e “Viva a morte!”, Miguel de Unamuno complementou:

Este é o templo da inteligência, e eu sou seu sumo sacerdote. Estais profanando seu sagrado recinto. Vencereis, porque tens força bruta de sobra. Mas não convencereis. Para convencer há que persuadir, e para persuadir necessitareis algo que vos falta: razão e direito na luta. Parece-me inútil pedir-lhes que pensem na Espanha. Tenho dito. (Thomas1962, 294-5)

Unamuno, já idoso (ele morreria antes do final daquele mesmo ano), tomou da palavra para não calar, para não silenciar em face de bravatas grosseiras e funestas, proferidas no ambiente universitário que ele representava e gostaria de fazer respeitar. O momento era o da Guerra Civil Espanhola, o recinto estava lotado de adversários que vociferavam contra ele, e em razão disto, sua oração tinha a pretensão de se tornar memorável, condenando a repulsiva louvação à morte, comparando dois mutilados tão diferentes como o Cervantes que ele admirava e um general que considerava desprezível, conectando, enfim, presente, passado e futuro numa equação sutil.

Seu breve discurso conferiu-lhe um papel de protagonismo num momento crucial, demarcando de maneira clara o lugar da desconformidade, tanto quanto as tramas do Quixote de Cervantes, enlouquecido no auge da lucidez pelas iniquidades do mundo em que vivia, negavam consentimento à opressão dos lavradores pelos proprietários dos moinhos de vento ou à violência da conquista da América. Tratava-se de uma singela manifestação oral que confrontava outras, ou seja, de expressões subjetivas que tendem a distorcer de maneira excessiva ou até mesmo a um ponto inaceitável os panoramas, as trajetórias, as peripécias, e que por isto se confrontam com a História em sua paciente

faina de desnudar os ardilosos enlevos das narrativas pautadas pelas lembranças. Mas, igualmente, oralidade sem a qual, em diversas circunstâncias, ficaria inalcançável a apreensão de vários daqueles panoramas, trajetórias, peripécias, em especial daquele conjunto de significações partilhados por uma coletividade num determinado espaço e tempo que Raymond Williams (2000) chamou de “estruturas de sentimento”.

O pensador que se especializou em compor paradoxos, como ele mesmo afirmou, inventara mais um praticamente de improviso ao diagnosticar como “terrível alívio” um suposto desejo de que se multiplicassem as mutilações corpóreas e afetivas numa Espanha cindida. Invenção, palavra muitas vezes encarada com suspeição e desdém, porque muitas vezes associada a fantasias dissociadas da realidade, mas que ali ganhava o sentido de criação, de *poiesis*, construindo significados vinculados a uma tradição ou a uma experiência (a uma “estrutura de sentimento” própria do ambiente universitário pelo qual zelava), simultaneamente ao ato de enunciar outro sentido na forma de desafio nada dissimulado: “Parece-me inútil pedir-lhes que pensem na Espanha”.

Numa outra linha de argumentação que poderia ser complementar, Gaston Bachelard, depois de citar o poeta Louis Emié em “O nome do fogo” (“Uma palavra circula na sombra e faz inflar as cortinas”), comenta:

Com esses dois versos, gostaria de fazer um teste da sensibilidade onírica que toca a sensibilidade na linguagem. Eu perguntaria: você não acredita que certas palavras encerram uma sonoridade tal que chegam a ocupar espaço e volume nos seres do quarto?

(...) O quarto do poeta está repleto de palavras, de palavras que circulam na sombra. Por vezes as palavras são infieis às coisas. Elas tentam estabelecer, de uma coisa a outra, sinónimas oníricas. Sempre se exprime a fantasmalização dos objetos na linguagem das alucinações visuais. Mas, para um sonhador de palavras, existem fantasmalizações pela linguagem. Para ir a essas profundezas oníricas, é necessário deixar às palavras o tempo de sonhar (...) Assim, para um sonhador de palavras, algumas há que constituem conchas de palavra. Sim, ouvindo certas palavras, como a criança ouve o mar numa concha, um sonhador de palavras escuta os rumores de um mundo de sonhos (Bachelard 1996, 47-8).

A invenção, nesta perspectiva, seria a tessitura narrativa atenta à sonoridade das palavras presentes nas manifestações orais, com sua peculiar capacidade de identificar o que é significante e prosseguiria com a seleção de que partes aproveitar, e como aproveitar, traduzindo sem falsear, confrontando com outras fontes, etc. A invenção culminaria, assim, com a produção de algo que se pretende convincente, isto é, de algo que, sem pretender “reproduzir o passado como ele de fato aconteceu”, ambiciona chegar muito próximo disto com base na convicção de que este passado não está acomodado de maneira confortável nem é algo singular e no singular. Pelo contrário, o passado contempla a advertência que Walter Benjamin - “os mortos não estarão em

segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin 1985, 224-5) -, além de ser múltiplo, como múltiplos os atores que dele participaram, os sentimentos que despertaram, os ângulos de observação que descortinaram. Consciente disto, o historiador não esconde nem torna muito secreta a pretensão de estabelecer uma ponte entre presente e passado em condições de conduzir a uma versão razoável, admissível, do que de fato pode ter acontecido, e que amplia o rol de opções abertas para o futuro. Artimanha que congrega arquitetura e engenharia, arte e técnica, o que se visa é, ao fundo e ao cabo, pavimentar uma passagem ligando o ontem (ou certos ontens) ao hoje (ou a determinados hojes) e nela intuir algo do futuro, percebendo aí alguma lógica (não propriamente um sentido, naquilo que esta palavra designa como encadeamento coerente e inexorável de fatos ou um propósito ou finalidade que se pode antecipar) que torne mais compreensível quer o passado, quer o presente e seu devir.

II

As relações nem sempre harmônicas entre história e memória, e as conexões entre memória e resistência, são potencializadas pelos hiatos, omissões ou esquecimentos em que a primeira confina a segunda numa espessura temporal de opacidade indevassável ou a condenam a se esgueirar em meio a uma névoa que borra e desmancha seus contornos até que desapareçam. Então, a resistência perde toda a concretude e vigor que a caracterizam, desaparecendo como uma fantasia ou se transmutando num mero capricho delirante; contra isso, prevenida, ela aciona outras memórias, contra-memórias, de maneira que o embate material seja acompanhado de uma aberta luta simbólica.

Exemplar quanto a isso foi a sinuosa trajetória da revista semanal *Veja*⁴ no que tange a um dos mais rumorosos casos de violação dos direitos humanos proporcionados pela ditadura brasileira mais recente. Na cidade de São Paulo, em 25 de outubro de 1975, morreu Vladimir Herzog, jornalista, dramaturgo e professor universitário, vítima de torturas sofridas nas masmorras de uma dependência do Exército depois de lá se apresentar para prestar depoimento agendado pelas autoridades militares sobre “presença subversiva” em instâncias governamentais do Estado de São Paulo. Na época, ele era diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, canal público vinculado ao governo do Estado de São Paulo, e por suas ligações políticas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na clandestinidade, sofria pesadas críticas (tanto quanto outros colegas, presos na mesma época) no legislativo estadual por parte de deputados do partido de apoio oficial à ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O assassinato, que tentou ser encoberto com uma farsa grotesca que sustentava ter ele se enforcado nas grades da cela com um cordão que serviria de cinta nos macacões dos detentos (cordão este que contrariava frontalmente as normas da prisão), e de uma altura

⁴ Publicada desde 1968 em São Paulo pelo grupo editorial Abril, e inspirada no modelo da *Time* norte-americana, a revista pretendia alcançar as camadas médias urbanas, escolarizadas e com razoável padrão de consumo mediante um conteúdo geral e abrangente, tornando-se com o passar dos anos o mais influente semanário em circulação no país.

inferior à sua estatura (a foto com os joelhos curvados e os pés tocando o chão correu o mundo), teve enorme repercussão nacional e internacional e provocou grande manifestação de repúdio ao regime sem precedentes desde os idos de 1968, uma cerimônia ecumênica na Catedral da Sé acompanhada por milhares de pessoas e liderada pelo cardeal arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns e pelo rabino Henry Sobel (nascido no então Reino da Iugoslávia, em 1937, Herzog era de numa família de origem judaica que se refugiou no Brasil durante a II Grande Guerra).

Em meio a essa comoção, nas páginas de *Veja* não apareceu nenhuma linha: na realidade, a revista só viria a se ocupar do assunto mais de dois anos depois, em maio de 1978, numa pequena nota que informava o fim do mandato de Audálio Dantas à frente do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo e sua firme atuação denunciando o assassinato, em outubro de 1975. Pouco tempo depois, a revista foi mais explícita e noticiou o andamento do processo que a viúva, Clarice Herzog, e os dois filhos menores, Ivo e André, moviam contra o Estado, procurando responsabilizá-lo pelos maus-tratos e a morte de Herzog: a matéria informava uma audiência em que vários depoentes que estiveram presos com ele relataram seus gritos quando submetido à tortura, bem como a declaração do segundo legista que assinou o laudo cadavérico assegurando desconhecer qualquer sevícia praticada nas dependências do Exército (tal processo, aliás, é o foco de uma reportagem maior no mês de outubro, onde as contradições do laudo cadavérico são esmiuçadas e a época do suposto suicídio referenciada como “um tempo de medo”).⁵

O assassinato só recebeu destaque em novembro do mesmo ano de 1978, repercutindo a decisão judicial que finalmente reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte do jornalista. Na “Carta ao leitor”, que oscilava entre a função de editorial e apresentação da revista, o diretor de redação, José Roberto Guzzo, informava em poucas linhas que a deliberação do poder judiciário correspondia a uma “funda mudança na vida política do país” e, por isso, *Veja* resolvera dar destaque para o “caso Herzog” que não pudera ser noticiado três anos antes, pois “a censura prévia que então fiscalizava a revista proibiu que se tocasse no assunto” (*Veja*, 1 de novembro de 1978, 15).

A justificativa, entretanto, não era de todo plausível, uma vez que outros órgãos de imprensa noticiaram o “caso” com destaque logo que ele se tornou conhecido, no final de outubro de 1975. Jornais diários respeitados como *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, do grupo editorial O Estado, de acordo com a antiga tradição de liberalismo que sempre sustentaram, cobriram o episódio desde o início na editoria de política, além de publicarem um extenso editorial em 25 de outubro de 1975 criticando as arbitrariedades dos órgãos de repressão e cobrando respeito à lei e ao Estado de Direito. O Grupo Folha, naquele tempo bem próximo ao regime, adotou por sua vez uma postura ambígua: o diário *Folha de São Paulo* mencionou Herzog em 27 de outubro de 1975 numa página dedicada à necrologia, nela inserindo também um

⁵ “Foi suicídio? Já surgem evidências de que não foi”, *Veja*, São Paulo, 25 de outubro de 1979, 28-30.

comunicado sobre a referida morte veiculado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e, no dia seguinte, reproduziu informações sobre o assunto repassadas pelas autoridades sem maiores comentários, sendo que a cobertura foi ampliada nos dias seguintes devido às repercussões no Brasil e no exterior, enquanto que o outro jornal do grupo, *Folha da Tarde*, publicou no dia 28 de outubro de 1975 a primeira referência ao tema com a chamada "Comunistas levam colega ao suicídio", que dispensa comentários. E mesmo um jornal estranho ao circuito da grande imprensa e a influentes grupos empresariais, o que o tornava alvo preferencial da censura, o *Ex*, dedica sua edição 16, lançada na semana da morte de Herzog, a uma veemente denúncia do assassinato, exibindo na capa os versos do Hino da República: "Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós" (Kucinski 2001, 126)⁶

A versão oficial de suicídio de Vladimir Herzog encontrou, todavia, outros obstáculos, como o prestígio adquirido por ele em vida, a decidida atuação de sua viúva, Clarice Herzog, que não parou jamais de denunciar o crime e acionou judicialmente o Estado brasileiro numa luta em que acabou vitoriosa (a justiça terminou por considerar o Estado brasileiro como responsável pela morte de Herzog) e a atuação combativa do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, onde uma chapa de oposição liderada por Audálio Dantas que vencera as eleições em janeiro de 1975 não se calou diante do "caso", mobilizando outras entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica. Nesta perspectiva, o silêncio de *Veja* por mais de dois anos indicava não apenas a ação da censura governamental, mas, possivelmente, também uma decisão editorial para evitar choques e desgastes com a ditadura.

Seja como for, no início de novembro de 1978 a revista abordou o assunto em longa e detalhada reportagem, repercutindo a decisão judicial que condenou o Estado brasileiro pela prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog. O texto tinha dois vetores principais: de um lado, o enfoque relativo aos direitos humanos, ao fato de que "o Estado brasileiro, mesmo nas questões de segurança, não pode estar acima da lei", enfatizando que essa era "a diferença entre Uganda e Inglaterra, entre a barbárie institucional e a civilização"; de outro lado, a dimensão política da decisão judicial, que colocava "o problema de quem manda no país, se os funcionários relacionados no organograma oficial da administração ou as pessoas que controlam os serviços de segurança – e ali vão desenvolvendo, quando não subordinados à lei, uma espécie de governo paralelo" (1 de novembro de 1978, 24-5).

⁶ De acordo com Kucinski, a edição circulou com 50 mil exemplares, rapidamente esgotados, e uma nova edição de 30 mil exemplares foi logo apreendida pela polícia. Por outro lado, ele assinala que, pouco antes, os editores de *Ex* estavam negociando um contrato de impressão de longo prazo com o Grupo Estado, mas isso foi vetado pela direção desta grande empresa, levando os jornalistas de *Ex* a denunciar o episódio na reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa que então se realizava em São Paulo.

O curioso na reportagem, entretanto, é que talvez inadvertidamente ela contradizia os silêncios da publicação naqueles idos de outubro de 1975 sobre a morte de Herzog e o ato ecumênico que o homenageou, bem como as próprias explicações que o diretor de redação da revista, na mesma edição, apresentara na seção “Carta ao leitor” referida acima. Na sequência da menção aos serviços de segurança convertidos em “uma espécie de governo paralelo”, aparecia na mesma página o seguinte:

O caso Herzog, desde o seu início, tem sido exemplar. A sentença do juiz Márcio Moraes é um marco decisivo, mas a verdade é que o país começou a mudar já com a própria morte do jornalista. Pela primeira vez, na ocasião, a imprensa então livre de censura prévia entrou de rijo numa questão deste teor – e, depois, não parou mais. Uma semana após a morte, 8.000 pessoas se concentravam na Catedral da Sé, em São Paulo, para um ato ecumênico – a primeira manifestação de tal porte, após longos anos de silêncio. E dois meses depois, quando uma segunda morte – a do operário Manoel Fiel Filho – ocorria nas dependências do DOI-CODI paulista, o presidente Ernesto Geisel demitiu sumariamente de seu posto o general Ednardo D’Ávilla Mello, comandante do II Exército.

Era o início do desmantelamento do governo paralelo, a liquidação dos vice-reis militares que exerciam largas faixas de poder em suas regiões. O “Sistema” que pretendia tutelar o governo começou a desmoronar...

Pois bem: a matéria afirmava de modo incisivo que, por ocasião da morte do jornalista, “a imprensa então livre de censura prévia entrou de rijo numa questão deste teor”, completando que, uma semana depois, milhares de pessoas “se concentravam na Catedral da Sé, em São Paulo, para um ato ecumênico – a primeira manifestação de tal porte, após longos anos de silêncio”, ao contrário do que informara José Roberto Guzzo, diretor de redação, na carta ao leitor da mesma edição. Mais ainda, a matéria não menciona que, nos idos de 1975, *Veja* não publicara uma linha sobre o assunto (tanto quanto na edição de 28 de janeiro de 1976, em que informava a mudança no comando do II Exército não fizera qualquer menção ao assassinato do operário Manoel Fiel Filho, que foi a causa da mudança de comando).

De todo modo, a revista tinha razão ao dizer que o país começara a mudar com a morte de Herzog, pois o governo Geisel iniciou então o enfrentamento dos setores mais duros da ditadura e a desmontagem parcial das estruturas de poder paralelo que eles haviam estruturado. Mas a transformação não se limitara a isso, pois num lento processo de reanimação o movimento estudantil se rearticulava e no dia 26 de março de 1976 recriava em assembleia o Diretório Central dos Estudantes (DCE/Livre) da Universidade de São Paulo, batizado agora com o nome de Alexandre Vannucchi Leme (estudante do curso de Geologia que fora preso sob a acusação de integrar a Aliança Nacional Libertadora, ALN, um agrupamento armado de esquerda, e assassinado sob tortura no mesmo DOI-CODI do II Exército, em 1973); o movimento popular se articulava em torno da luta contra o aumento do custo de vida e greves operárias

massivas despontavam em todo o país, sem que os instrumentos legais e de repressão conseguissem impedi-las. Ou seja, muitas mudanças estavam em curso, afetando inclusive os pontos de vista de muitos dos leitores da revista, que não mais se satisfaziam apenas com suas ocupações cotidianas e com o usufruto de um consumismo desenfreado: a inflação crescia, as dívidas no crédito se acumulavam, e vários de seus filhos estavam envolvidos nas mobilizações estudantis e traziam para casa preocupações em torno dos baixos salários impostos aos trabalhadores, da acentuada concentração de renda e de outras mazelas antigas ou novas em que o país estava envolto.

Os silêncios ou omissões do influente semanário atuavam para obliterar memórias da resistência num momento em que era conveniente, para ao menos uma parte de seus leitores, flertar com a amnésia e com o esquecimento, mas esbarraram em diversas formas de resistência que estimularam outras memórias, ou contra-memórias, que num contexto ulterior acabaram prevalecendo de tal modo que acabaram sendo reconhecidas pela publicação até mesmo por uma espécie de ato falho de sua redação. Claro está que, no caso em apreço, prisões, torturas e assassinatos de militantes ou ativistas de esquerda, assim como mobilizações de trabalhadores e da população em geral por melhores salários e condições de vida, ou por liberdades de todas as ordens, continuaram não sendo pautas prioritárias ou relevantes para *Veja*, até porque seu maior empenho era acompanhar (e se possível influir) o sinuoso processo de abertura política que estava sendo tramado e disputado no campo institucional, sob a regência de integrantes do regime e de lideranças liberais. Porém, desdobramentos imprevisíveis das dificuldades em que a ditadura foi se enleando acabaram forçando que outros assuntos também passassem a ocupar as páginas da revista.

III

No Brasil da luta contra a ditadura existiram certamente outros encontros e desencontros entre memórias da resistência e resistências da memória, alguns dos quais seguem assombrando como espectros a vida contemporânea. Para exemplificar isso, seria fácil recorrer a algumas das manifestações ocorridas, sobretudo em 2015 e 2016, contra os projetos políticos, econômicos e sociais de centro-esquerda capitaneados (correta ou incorretamente, não vem ao caso aqui) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em que não eram incomuns referências saudosistas à ditadura, inclusive com o elogio ostensivo a notórios torturadores. Aliás, a bem da verdade, cabe dizer que a ditadura não inaugurou o sistema repressivo e o tratamento cruel dispensado a opositores políticos, uma vez que herdou grande parte disto dos métodos empregados pelo Estado Novo (1937-1945) e mesmo do período escravista entre os séculos XVI e XIX (bem como das práticas rotineiras nas delegacias de polícia contra pessoas pobres acusadas de algum delito). As contribuições do regime, nada modestas decerto, foram generalizar em alto grau estes dispositivos e acrescer a eles metodologias gerenciadas por profissionais de distintas formações.

Por seu turno, é forçoso assinalar que a ditadura civil-militar brasileira não se limitou aos abusos e brutalidades típicas destes regimes, como já indicado acima, pois paralelamente a isto impulsionou um processo de modernização do país com base em elevados investimentos em infraestrutura, na incorporação imobiliária e na efetivação de um mercado de consumo de massas. Sem dúvida, tais sucessos se deveram, entre outras coisas, a uma grande disponibilidade de capitais para investimento e/ou empréstimo em outras partes do mundo capitalista (o que multiplicou a dívida externa do país) ou à contenção dos salários dos trabalhadores assegurada pelo rígido controle dos sindicatos e associações de classe e pela efetiva suspensão do direito de greve. Todavia, seja como for, isto redundou no chamado “milagre econômico brasileiro”, entre 1968 e 1973, quando a taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) foi superior a 10%, o que teve reverberações até o final desta última década com taxas de crescimento superiores a 7% ao ano, com todas as suas perversas consequências no curto prazo, com sua extensa lista de violências e arbitrariedades, complementadas por acentuado aumento nos índices de concentração de renda, e no longo prazo, quando foi preciso pagar a conta junto aos credores internacionais.⁷

Durante o “milagre”, as esquerdas mostraram-se impotentes para articular uma oposição mais efetiva ao regime. O Partido Comunista Brasileiro, *partidão* ou *pecesão*, como era chamado, que aglutinava o principal contingente dessas esquerdas antes do golpe de 1964, havia se enfraquecido por seguidas defecções e cisões provocadas por militantes descontentes com o despreparo para enfrentar a implantação do novo regime, o que se somou aos estragos provocados pela implacável perseguição que se abateu sobre suas estruturas orgânicas. De seu lado, a denominada “nova esquerda”, surgida às vésperas do golpe ou na esteira das divisões do PCB, em grande maioria enveredou pela opção da luta armada contra a ditadura, sob uma difusa influência da Revolução Chinesa vitoriosa em 1949 e, sobretudo, da Revolução Cubana que triunfara em 1959, na crença de que as massas de explorados e oprimidos seguiriam com ardor sua presumida vanguarda revolucionária. Nas reminiscências de um dos combatentes de então, o jornalista Flávio Tavares, escritas e publicadas décadas depois, emergiram algumas das mais pungentes recordações desta mistura de despreendimento, imponderação e perplexidade:

(...) Estávamos todos afogados neste 1969, quinto ano triunfal da ditadura. Afogados e abandonados. Tínhamos entregado tudo à causa de nossa “utopia popular” (...), inclusive a vida. Ou principalmente a vida. Nem sequer tínhamos consciência dessa generosidade que, às vezes, se confundia com uma doação aventureira ou uma bravata de jovens, entremeada de gente madura, alguns até quase anciãos. Mas, e o povo? Onde estava o povo, depositário e objetivo dessa sacrificada luta pela utopia?

⁷ Sobre isso, ver, entre outros, Almeida e Weiss, 1998, e Cordeiro, 2009.

O povo tinha desaparecido, fechava-se na comodidade ou incomodidade das casas ou até deixava a rua, como naquela noite fria de junho em São Paulo, dois meses antes da minha prisão. Que aconteceu? (Tavares 2012, 44).

Por uma ampla e variada gama de motivos plenamente compreensíveis, as massas trabalhadoras não se deixaram seduzir por aquelas demonstrações de abnegação, de tal sorte que poucos anos depois, ainda nos anos iniciais da década de 1970, a luta armada de esquerda contra a ditadura estava derrotada e a situação vivenciada no país ficaria conhecida como os “anos de chumbo”, em alusão ao período em que as arbitrariedades e violências do regime atingiram seu ápice, assegurando um rígido controle social sob a justificativa de fazer frente a uma guerra interna contra os comunistas e outros “inimigos internos”. Seus alvos mais imediatos foram sem dúvida os organismos de esquerda que, sob as mais distintas inspirações, aderiram à luta armada⁸, mas a ação repressiva não se limitou a eles, atingindo também ativistas e militantes de agrupamentos que denunciavam aquela luta armada como “vanguardista”, bem como todo tipo de “subversão” que colocasse em risco, aos olhos dos promotores desta autêntica cruzada, os bons costumes e a própria sociedade (Fico 2004; Ridenti 2010).

Os ativistas e militantes remanescentes (fossem eles sobreviventes da luta armada ou não) empenharam-se então num lento trabalho de rearticulação e acumulação de forças junto aos movimentos populares e sindicais, contribuindo para que no final da década emergisse um conjunto de expressivas manifestações sociais e de novas experimentações em termos de organização, como o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As desinteligências entre as esquerdas, no entanto, continuaram a florir e conformando um pano de fundo para a luta contra a ditadura, ou melhor, informando urdiduras narrativas com base nas memórias da resistência de seus/suas protagonistas.

Exemplar quanto a isso é a recordação de Rosângela de Souza, participante ativa num dos embates mais insólitos travados entre as esquerdas e membros da ditadura, denominado de Novembrada por ter ocorrido na cidade de Florianópolis em 30 de novembro de 1979, mas alcançando repercussão nacional devido à troca generalizada de empurrões, socos e pontapés, que transformou o centro da cidade no palco de uma batalha campal. Naqueles idos dividindo seu tempo entre os estudos universitários e um

⁸ As repercussões da Revolução Chinesa e, em especial, da Revolução Cubana, simultaneamente às críticas à direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) pela falta de preparo político e militar para enfrentar o golpe de 1964 fizeram com que a maioria das organizações de esquerda que então se formaram no Brasil, por fracionamento do PCB ou não, fosse atraída pela opção da luta armada com base em formulações como o foco guerrilheiro (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, ou VAR Palmares) ou a guerra popular revolucionária (a Guerrilha do Araguaia articulada pelo Partido Comunista do Brasil, ou PCdoB). Com ações mais efetivas a partir de 1968, que surpreenderam a ditadura num primeiro momento e produziram alguns sucessos, como o sequestro do embaixador dos Estados Unidos da América em 1969, esta luta armada recebeu um tratamento duríssimo por parte do regime, com um grande número de seus militantes mortos em combate, presos ou assassinados na tortura, de modo que, em 1972, esta opção tornou-se basicamente residual (Gorender 1987; Sales 2007).

emprego subalterno na administração pública, ela assim descreve o início da manifestação que protestava contra a presença, na cidade, do general presidente:

A Novembrada (...) aconteceu principalmente por iniciativa nossa, do movimento pró-PT, pois o pessoal do ‘pecezão’ [referência aos integrantes do Partido Comunista Brasileiro, tradicionalmente alinhado à então União Soviética] não estava pensando muito em fazer... Na hora, briguei porque queria uma faixa dizendo “Abaixo a ditadura” e eles alegavam que não: “Não, ‘abaixo a ditadura’ é cutucar a onça com vara curta”. Então saiu assim: “Chega de sofrer, o povo quer comer”, “Um, dois, três, mais feijão e menos canhão”, “Ensino público e gratuito”, umas coisas desse tipo, e eu braba! Mas, como a gente era minoria, fomos derrotados e tive que acatar.

[No dia da manifestação], ao chegar, deparei com uma amiga que gostava muito da minha militância, a Maria Amélia, mas que fazia parte da alta burguesia da cidade... Ela era uma mulher linda, maravilhosa, chiquíssima, e se arrumou toda para a manifestação, botou um tailler, sapato alto, meia fina, óculos dourados... Éramos naquela altura umas cem pessoas, nada mais do que umas cem pessoas... e tinham dois cordões de isolamento para impedir que as pessoas chegassem muito perto do Palácio de onde o Bornhausen [governador do Estado] e o Figueiredo iriam discursar. Então, a Maria Amélia, bem sedutora, chegou para um dos guardas que faziam o cordão de isolamento e falou assim: “Seu guarda eu queria tanto dar um beijo no nosso presidente”, ao que o guarda, virando para seus parceiros, disse: “Abre para essa senhora passar”. E, quando abriram, ela se virou e chamou: “Vem turma”, e nós entramos todos...⁹

A vivacidade da descrição, quer no que se refere às disputas entre “reformistas” e “revolucionárias”, para utilizar os termos da época, a fim de dar o tom nos protestos, mais diretos ou mais insípidos para “não cutucar a onça com vara curta”, isto é, para não provocar a ditadura e seus defensores; quer nos detalhes de como se preparou para participar da manifestação uma senhora da elite cidadina, de “tailler, sapato alto, meia fina, óculos dourados”, dificilmente ganharia tal colorido num outro suporte que não a oralidade, e num outro recurso que não a memória. Mais: num ambiente de intensa militância política, como nos órgãos de representação estudantil nas universidades, perde-se uma disputa política, mas se acata a decisão por ser minoria: a lembrança reforça a disciplina da militante consciente do seu papel e de como deve proceder neste tipo de situação, muito embora não seja nada difícil (nem surpreendente) encontrar

9 Rosângela de Souza, advogada, na época do depoimento concedido ao autor (22 de maio de 2013) com 57 anos. Pela participação na Novembrada, ela, junto com outros colegas estudantes universitários, foi presa, indiciada e julgada por um tribunal militar, que finalmente a absolveu. Cabe assinalar que a gravação de seu depoimento, realizada em 2 dias e com perto de 3 horas de duração, objetivou registrar sua trajetória de quase 4 décadas de militância política de esquerda, sendo a Novembrada um momento pontual, ainda que relevante, em todo esse trajeto.

procedimentos diferentes, quando a dissidência é exaltada exatamente por ser uma discrepância em torno de questões centrais, decisivas.

Em meio de tudo isso, a constatação de que numa cidade demograficamente pequena e com reduzida dinâmica política, econômica e cultural, é possível se deparar com algo que se repete decerto em menor grau em contextos onde as relações são mais impessoais, pelo tamanho das cidades médias e grandes ou pelas hierarquias de classe virem acompanhadas de perto por diferenças socioculturais mais pronunciadas e demarcadas: militantes mantém amizades, ou integram redes, com membros das elites locais. Esse tipo de proximidade, de caráter bem pessoal, ajuda a constituir camadas e áreas de amortização dos conflitos em que se pode encontrar alguma forma de amparo e solidariedade, assim como colabora para compor um matiz algo extravagante nas práticas de resistência ou em manifestações coletivas de protesto.

Seguindo com o depoimento, tem-se um relato com nuances tragicômicas envolvendo as autoridades presentes:

Naquele momento o Bornhausen foi iniciar sua fala e nós, embaixo dele, começamos a chamá-lo de mentiroso. Aí, o povo inteiro começou a berrar, chamando-o de mentiroso, ao mesmo tempo em que o som do Palácio deu pane e ele não teve como discursar. Então, o Figueiredo chegou por trás dele e disse que nós éramos poucos, pequenininhos: eu o vi fazendo o gesto com os dedos polegar e indicador. Só que o povo entendeu, ou ele de fato fez e eu entendi errado, ele fazendo o sinal de mandar tomar no cu. Realmente, pareceu esse gesto. Foi o que bastou para que o povo começasse a gritar: “Filho da puta, filho da puta” Duas mil e quinhentas pessoas. “Filho da puta, filho da puta! Um, dois, três, quatro, cinco, mil! Figueiredo vai pra puta que o pariu” Isso aos brados. Aí ele desceu, indignado com as ofensas dirigidas à mãe dele, e, misturado ao povo e à polícia, entre empurrões e safanões, berrava: “Na minha terra não, na minha terra não” (...) Um tumulto total, uma guerra, em que o Figueiredo apanhou, integrantes de sua comitiva, policiais e manifestantes apanharam, todo mundo apanhou.

Curioso: uma cidade sem tradição de luta mais efetiva, que se projetara nacionalmente pouco antes, em 1976, como símbolo do anacronismo brasileiro em razão da prisão do cantor e compositor Gilberto Gil (e de um membro da banda que o acompanhava) por estar de posse de um cigarro de maconha (“baseado”, como chamam os brasileiros), que ali viera para apresentar um show e acabou condenado à reabilitação numa instituição voltada para o tratamento de distúrbios mentais (Gil chegou a passar nela alguns dias antes de ser libertado), transfigura-se, três anos depois, num polo da resistência à ditadura, numa urbe respeitosa a todos os títulos para militantes e ativistas progressistas. Por outro lado, um gesto até hoje alvo de disputas, pois aparentemente Figueiredo, em realidade, procurou enfatizar com o polegar e o indicador que os manifestantes eram pouco numerosos, insignificantes mesmo, mas muitos presentes interpretaram que ele

fazia o mesmo que um norte-americano comum emprega para transmitir a ideia de que está tudo certo, tudo bem (OK), juntando o polegar e o indicador na forma de círculo e erguendo os demais três dedos, o que, no entanto, usualmente no Brasil se utiliza para ofender um desafeto, mandando-o para aquela parte... Para completar, um general-presidente que se mistura à população enfurecida com ele a fim de defender a honra de sua mãe, como se ela precisasse disso, como se esse fosse o caso ou se fosse isto que estava em jogo, dando então início a uma refrega no centro da capital do Estado por uma tarde inteira, graças ao que ele, sua comitiva, os policiais que faziam a segurança, os manifestantes, enfim, “todo mundo apanhou”.

Não é preciso ter estado lá para saborear uma narrativa tão rica de figurações, algumas das quais a autora indicou não ter certeza e lançou dúvidas, narrativas essas que, na condição de memória da resistência, deu ensejo a disputas com outras narrativas. Os grandes meios de imprensa próximos ao regime, como por exemplo a já mencionada revista *Veja*, fizeram uma cobertura com a deliberada intenção de reduzir a dimensão do protesto (uns 50, 100 no máximo, “jovens inimigos da ‘ditadura militar’”), mas alertando para o potencial explosivo do episódio¹⁰. Por seu turno, alguns letrados e políticos locais tentaram capitalizar os distúrbios associando-os a um protesto contra a colocação de uma placa alusiva ao militar referenciado no nome da cidade, o Marechal Floriano Peixoto, que presidiu o país nos anos 1890 e se destacou pelo esforço em consolidar a recém implantada República: o propósito de fixa-la na região central da cidade teria sido encarado “pela população” como “um insulto ou uma humilhação”¹¹.

Seja como for, aqui a resistência produziu uma memória, uma memória da resistência que, como toda memória, é imprecisa, errática, fugidia, mas sempre necessária para que o inimigo não venha a consumir sua vitória. Além disso, a narrativa que lhe dá suporte adquiriu certa autonomia, certa liberdade para contemplar uma memória tão ágil e equívoca em seus deslocamentos, e é outra narrativa, de teor semelhante e que procura lhe ser solidária, que se empenha em convertê-la a texto.

¹⁰ “A desordem no limite”, *Veja*, 5 de dezembro de 1979, onde os leitores eram informados da seguinte maneira: “Figueiredo ouviu nitidamente quando manifestantes, que até as 10:30 se limitavam a brandir faixas e slogans contra a elevação do custo de vida e, naturalmente, contra o regime, passaram aos palavrões”, iniciando um tumulto em que teria participado uma irrisória minoria dos presentes.

¹¹ Atribuído em 1894 numa discutível (e nunca solicitada) homenagem de políticos locais a Floriano após a vitória do governo central sobre revoltas que contestavam sua autoridade e a própria República, inclusive com o emprego de fuzilamento de prisioneiros, o nome da cidade já suscitava controvérsias em meados do século XIX quando ela se chamava Desterro, e as polêmicas prosseguiram no século XX tendo como alvo a nova denominação.

IV

Num tempo de pós-verdades e de *Fake News*, ou seja, de mentiras alçadas à duvidosa categoria de “verdades alternativas”, escrever sobre história concatenando alegorias, memórias e resistência numa perspectiva crítica que não as reifique tem boas chances de atrair incompreensões e desafetos, muito embora faça parte de um assentado roteiro intelectual direcionado a revolver entendimentos e fidelidades estabelecidos. De toda sorte, não haveria razões para exaltar a presumida objetividade de materiais jornalísticos devidamente acondicionados em arquivos uma vez que se passaram décadas de sua redação, nem muito menos levantar suspeições em torno de um relato que compartilhou com generosidade uma experiência de vida significativa. Em todos os casos, caberia, e cabe, problematizar os sentidos que expressam.

Escrevendo o mesmo por outros termos, sabe-se que confiança e fidelidade não são sinônimos, remetendo por isso a domínios diferentes que não se equivalem. Por isso, não resta dúvida de que é preciso desconfiar de um texto inserido num meio de comunicação no mínimo conivente (quicá acumpliciado) com um regime autoritário que prendeu, torturou e matou seus opositores, inclusive aqueles que se insurgiram tão somente pelas armas da crítica, como já se escreveu alhures. Na contramão, cabe depositar crédito no que diz um depoente, caso não exista motivo evidente para o contrário, sem que isto signifique que ele é inteiramente fiel ao evento que reporta, já que apresenta apenas e tão somente um ponto de vista singular de algo plural, complexo e quase sempre contraditório. Afinal, o que se busca não é um brilhante reflexo objetivo do transcorrido, capaz de ofuscar a observação, mas indícios deste transcorrido que, acolhidos com inteligência e sensibilidade, assegurem a urdidura de uma trama narrativa que estabelece com ele inequívocos parentescos. Trata-se, enfim, de elaborar com engenho e arte uma narrativa capaz de interpretar um processo ou uma situação passada produzindo um efeito de verdade nas análises que oferece.

Esta, aliás, parece ser a grande sedução da História, facultando à contemporaneidade o recurso de estabelecer vínculos com o passado de sorte que o presente não se mostre sem linhagens que ajudem a compreendê-lo e que suas genealogias não sejam desveladas como uma imposição a exigir reconhecimento e veneração. Para, como em Unamuno, não permitir que o silêncio seja confundido com aquiescência perante o intolerável. Para, como em Bachelard, encontrar as palavras que emprestam volume e densidade aos discursos. Para, enfim, não esquecer e não deixar esquecer os tempos sombrios e extraordinários, nem os deixar assombrar como espectros as gerações de agora e vindouras, aproveitando os trabalhos dos historiadores e das historiadoras para conspirar com e pela vida.

Nestes termos, a produção historiográfica, configurando-se como narrativa que pretende apresentar e interpretar um passado possível, opera de modo semelhante às ilusões causadas pelas miragens, aproximando imagens de lugares distintos e criando inventos aos quais busca emprestar coerência e verossimilhança. Afinal, nunca é demais

recordar que é uma propriedade de toda e qualquer miragem ser verossímil, como, aliás, o demonstra sobejamente o *délibáb*.

Bibliografia:

AGAMBEN, Giorgio. “O que é o contemporâneo”, In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEISS, Luiz. “Carros Zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”, In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil* (Vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 5ª. ed.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”, In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas (vol. 1): magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORDEIRO, Janaina Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o Governo Médici”, In: *Estudos Históricos*, vol. 22, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2009, 85-104.

FEBVRE, Lucien. “Face ao vento: Manifesto dos Anais Novos”, In: MOTA, Carlos Guilherme e FERNANDES, Florestan. (Org.). *Febvre*. São Paulo: Ática, 1978.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo; EDUSP, 2001. 2.ª ed.

LAVERDI, Robson e MASTRÁNGELO, Mariana (comp.). *Desde las profundidades de la historia oral*. Buenos Aires: Imago Mundi/RELAHO, 2013.

RAMIL, Vitor. *Délibáb*. CD/DVD. Satolep Music, Pelotas, 2010.

RIDENTI, Marcelo *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2010 (1993).

SÁBATO, Ernesto. *Nosso Universo Maravilhoso*. Rio de Janeiro: El Ateneo do Brasil, 1960.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Porto Alegre: LP&M, 2012.

THOMAS, Hugh. *La guerra civil española*. Paris: Ruedo Ibérico, 1962.

Veja, São Paulo, várias edições entre 1975 e 1979.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 2000.